

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**Problemas estruturais da economia portuguesa**

A economia paralela representa um quarto da Economia oficial, desvirtua a concorrência e a confiança, e diminui os recursos públicos para investimento e redistribuição

**Óscar Afonso**

Nesta crónica abordo aquelas que considero serem as oito falhas estruturais, inter-relacionadas, da economia portuguesa, que nos empurram para crises e dificultam qualquer processo de ajustamento. Assim, observo que:

1. Apesar do investimento recente em educação, as qualificações dos recursos humanos é baixa e desajustada face aos nossos parceiros da União Europeia (UE). Este facto impõe um padrão de especialização da estrutura produtiva que limita as melhorias de produtividade.

2. Apesar do acesso ao conhecimento tecnológico e do investimento em educação, o nível de empreendedorismo é manifestamente baixo. Consequentemente, a ocorrência de externalidades positivas do conhecimento não é suficientemente estimulada pela capacidade de identificar, criar e explorar oportunidades de negócio.

3. O quadro institucional não favorece o correcto funcionamento dos mercados e a burocracia é a regra. Além disso, o sistema judicial é uma lástima, pelo formalismo processual e pela duração dos processos judiciais, levando, desde logo, a um ineficaz combate à corrupção, à fraude fiscal e ao crime económico-financeiro e desincentivando o nível e a qualidade do investimento.

4. A economia paralela representa um quarto da economia oficial, desvirtua a concorrência e a confiança, e diminui os recursos públicos disponíveis para investimento e redistribuição, apesar do aumento da carga fiscal.

5. A preocupação dos políticos é genericamente com o interesse pessoal. Lembrem-se, por exemplo, da atitude do último governo face à dívida? E porque não tem havido as necessárias reformas das instituições?

6. A economia portuguesa está muito dependente do exterior em matéria

de energia.

7. Há dificuldades de adaptação ao contexto decorrente da entrada na União Económica e Monetária, em particular no que respeita à condução das políticas orçamental e de rendimentos, agravadas pelas dificuldades criadas pelo alargamento de 2004-2007, com a entrada de diversos países pertencentes ao ex-Bloco de Leste, e pela maior penetração no mercado europeu de países de low cost, na sequência da conclusão do Uruguay Round (1994) e da adesão da China à Organização Mundial de Comércio, que determinaram uma perda de competitividade dos bens e serviços portugueses. Destaco o tradicional péssimo comportamento orçamental que remete para a necessidade periódica de planos de ajustamento orçamental e contribui para aumentar o grau de incerteza dos investidores.

8. A conjugação da redução do nível de poupança da nação, com a perda de competitividade comercial e a dependência energética tem determinado uma deterioração profunda das contas externas, em particular do saldo

da balança corrente. Processo que tem sido corrigido no processo de ajustamento em curso. Será uma correcção estrutural? As empresas portuguesas estão a conseguir exportar no contexto de uma moeda forte e a conquistar mercados fora da UE, pelo que o actual ajustamento está a ser mais estrutural do que o de 1983-1985 que foi baseado na desvalorização do escudo e, portanto, na deterioração dos termos de troca.

São também boas as notícias relativas à recuperação económica: a taxa de desemprego está a diminuir, as taxas de juro da dívida a 10 anos estão abaixo dos 6% e a dependência do crédito externo tem diminuído. No entanto, a falta de confiança cria grande incerteza no futuro e as desigualdades na distribuição do rendimento agravam-se, afectando a coesão social.

Escreve à sexta-feira



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

**Há oito falhas estruturais, inter-relacionadas, da economia portuguesa****VISTO DE FORA****LAURO ANTÓNIO***Meditação natalícia*

Nesta época dita de fraterna cumplicidade, uma certeza temos, nós cidadãos comuns de Portugal, da Europa, do mundo: não fomos nós que criámos a crise, não fomos nós “que vivemos acima das nossas possibilidades”. Outros o fizeram por nós, é certo, mas esses vivem no mundo etéreo do virtual, da globalização financeira, das negociatas bolsistas que acabam por explodir em bolhas que a todos atingem. A todos? Há uns quantos agentes da propaganda oficial que nos dizem que sim: queremos fazer crer que todos temos que pagar a crise. Mas olhemos para as estatísticas que com regularidade vão surgindo nalguns meios de comunicação. Cortes drásticos nos salários e nas pensões, escalada nos impostos e contribuições, aumento de preços um pouco por todo o lado, o desemprego em percentagem dramática, as empresas e o emprego a desaparecerem, a habitação a ir parar aos bancos e os inquilinos ao despejo e à ignominia, os jovens a abandonarem o país, os velhos e os doentes com cada vez mais problemas para sobreviverem, os suicídios a multiplicarem-se, a sopa dos pobres a ampliar-se diariamente para extractos sociais que nunca pensaram vir a socorrer-se dela, a classe média, média e baixa, a tender para o desaparecimento, o estado social a reduzir-se na educação, na saúde, na assistência social. Posto isto, sente-se o país a desesperar, desmoralizado, deprimido. Todos? Outras estatísticas mostram-nos, porém, o impensável: cada vez há mais milionários neste país de miséria, e as maiores fortunas crescem, aumentam lucros, de ano para ano. Nada tenho contra capitalistas e empresários que façam fortuna com trabalho honesto e talento genuíno. Mas repugna este estado de coisas assimétrico, onde uns pagam pelo que não causaram, e outros capitalizam sobre a desgraça. Não é na Dinamarca que há algo de podre, mas esta ditadura financeira global, que vai da Europa à China, dos EUA à Índia, que ultrapassa todas as fronteiras e ignora ideologias, tresanda. *Cineasta*